ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (CADEIRANTES) EM HOSTEL DE FOZ DO IGUAÇU-PR

Geciela de Souza[1]

Marcus Henrique Rolim Leite[2]

RESUMO

O presente estudo teve como propósito, verificar a acessibilidade para cadeirantes nos hostels de Foz do Iguaçu. Justificou-se a importância da pesquisa, ressaltando a lei 13.126 de 10 de abril de 2001, do Ministério Público do Estado do Paraná, que prevê que os setores públicos e privados criem condições para acessibilidade. A metodologia aplicada na pesquisa foi exploratória descritiva, a partir de um levantamento do número de hostels existentes em Foz do Iguaçu e aplicando um questionário estruturado com base na NBR 9050, o qual verifica a partir do que informam seus proprietários a respeito da acessibilidade para cadeirantes.

Palavras-chaves: Acessibilidade; Hotelaria; Hostel; NBR 9050.

1. INTRODUÇÃO

Foz do Iguaçu é reconhecida internacionalmente pelas Cataratas do Iguaçu, localizadas no Parque Nacional do Iguaçu. De acordo com o estudo de demanda turística, disponível no *site* da Secretaria Municipal de Turismo (2011), a cidade é o segundo destino mais visitado por turistas estrangeiros no país no segmento turismo de lazer.

Domareski, Lopes e Anjos (2011, p.5), destacam que:

> A cidade de Foz do Iguaçu tem sua economia centrada no turismo e na geração de energia elétrica. A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu,

[1] Bacharel em Hotelaria pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus Foz do Iguaçu-PR. Email: ge_geicy@hotmail.com.

[2] Bacharel em Hotelaria pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus Foz do Iguaçu-PR, Especialista em Administração Hoteleira pelo SENAC – Campus - Águas de São Pedro - SP. Mestrando em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI – Campus – Balneário Camboriú. E-mail: marcusleite.rolim@hotmail.com.

> iniciada na década de 1970, causou fortes impactos em toda a região, aumentando consideravelmente a população de Foz do Iguaçu e impactando diretamente no crescimento e desenvolvimento da cidade como um todo.

Assim, a cidade que fica localizada no oeste paranaense tem por principal base econômica o turismo e geração de energia como principais propulsores do desenvolvimento local.

Os mesmos autores ainda enfatizam que o município ainda se divide em outros dois subsistemas: Turismo-Cataratas e Turismo-Compras.

Em 2007, a cidade passou por uma reestruturação a qual reformulou sua estratégia de *marketing* para "Foz do Iguaçu Destino do Mundo", realizando parcerias da própria Secretaria de Turismo com demais agentes e organismos ligados aos setores econômicos da cidade.

Com base em dados da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 10% da população mundial aproximadamente 650 milhões de pessoas, vivem com algum tipo de deficiência e dessas, 80% vivem em países em desenvolvimento.

No Brasil, de acordo com o censo do IBGE, realizado em 2000, mostrava que 24,6 milhões dos brasileiros eram portadores de pelo menos um tipo de deficiência, já o censo de 2010, revela esse número subiu para 45 milhões de pessoas com algum tipo de necessidades especiais.

Frente a esse cenário, o problema da pesquisa consistiu em verificarr se os hostels pesquisados na cidade de Foz do Iguaçu – PR, atendem aos quesitos básicos de acessibilidade para cadeirantes tendo por base a NBR 9050 em suas unidades habitacionais e demais áreas sociais de uso dos hóspedes.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar se os hostels que atuam em Foz do Iguaçu possuem unidades habitacionais adaptadas a portadores de necessidades especiais "cadeirantes".

1.2.2 Objetivos Específicos:

- Verificar quais estruturas dos hostels estão adaptadas para receber cadeirantes;
- Identificar se os hostels são construções projetadas para hospedagem ou se foram adaptadas para tal;
- Identificar o número total de hostels estabelecidos na cidade de Foz do Iguaçu.

1.3 JUSTIFICATIVA

Justificou-se a importância da pesquisa, ressaltando a lei 13.126 de 10 de abril de 2001, do Ministério Público do Estado do Paraná, que prevê que os setores públicos e privados criem condições para acessibilidade.

Outro fator determinante são os megaeventos que serão realizados no Brasil, como a Copa do Mundo de Futebol organizado pela FIFA em 2014 e em 2016 com os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro.

De acordo com o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, Foz do Iguaçu compõe a lista de cidades selecionadas como locais de treinamento dos esportistas, com estrutura para treinamento de algumas modalidades.

A escolha das localidades durou 12 meses e levou em consideração requisitos técnicos e recomendações das Federações Esportivas Internacionais, tais como: acessos à instalação dos centros esportivos, distância de aeroportos com vôos domésticos, além das redes hoteleiras e hospitalares disponíveis na região.

Assim, em pesquisa realizada pela Deloitte – empresa de Auditoria e Consultoria Tributária em 2010 enfatiza que:

> Os megaeventos esportivos a serem realizados nos próximos anos tendem a dar ao Brasil a oportunidade de acelerar o desenvolvimento econômico e social em curto período. [...] Por conseguinte, a pesquisa destaca que as três atividades com maior potencial para recebimento de investimentos em decorrência dos eventos esportivos são indústria da construção, transporte aéreo e infraestrutura aeroportuária e turismo, hotelaria e lazer. Tais atividades, diretamente relacionadas com os megaeventos, já contam com uma participação expressiva do setor privado e devem passar a receber maiores estímulos dos governos federal e local. Portanto, investimentos já

considerados prioritários para o País passarão a receber atenção especial, sendo acelerados por causa da realização dos jogos.

Frente a essa possibilidade advinda da realização dos megaeventos se acredita a realização dos mesmos proporcionará ao país um certo desenvolvimento ao turismo e a hotelaria nacional.

A teoria que sustenta está pesquisa é de que os meios de hospedagem em questão, não permitem condições de acessibilidade aos cadeirantes, podendo até possuir algumas instalações adaptadas como calçadas, rampas em algumas áreas, vagas de estacionamento para pessoas com necessidades especiais, unidade habitacional com banheiro privativo (com barras de apoio), porém não se encontram de acordo com o previsto na NBR 9050, fato esse que dificulta ou limita o acesso aos cadeirantes nas dependências dos hostels.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada na pesquisa foi exploratória descritiva, fez-se a pesquisa bibliográfica, por meio de estudo da temática em livros, revistas, artigos e periódicos científicos.

A referencia para a pesquisa é a NBR 9050:2004 e o Manual de Recepção e Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos. (MRAPPDEET,1997).

Após um levantamento do universo de hostels existentes em Foz do Iguaçu, foi aplicado o questionário estruturado com base na NBR 9050, analisando a acessibilidade da recepção, dos apartamentos, dos banheiros, das áreas comuns de circulação dos hóspedes e dos estacionamentos dos hostels pesquisados.

Para tratamento dos dados coletados foram utilizadas medidas em percentuais estatísticos simples sendo os dados tratados no Excel.

2.1 HOTELARIA E HOSPITALIDADE

O surgimento dos hotéis está ligado, segundo Guerrier (2000), a hospitalidade que se baseia no suprimento das necessidades humanas básicas de

alimentação e de um lugar seguro para dormir ofertado a pessoas que não são membros habituais da família.

Além disto, como menciona Candeia, (2004) os meios de transporte da época também não percorriam mais do que 60 km por dia o que aumentava significativamente o cansaço e o tempo de duração das viagens bem como a necessidade de existirem locais para descanso, alimentação e que oferecessem instalações para a higiene pessoal.

De acordo com Praxedes (2004 p.3):

> Hospitalidade pode ser entendida como um processo e uma atividade que possibilita abrigo e acolhimento, além de possibilitar o compartilhamento de valores e conhecimentos entre hóspedes e anfitriões. Isso significa que a hospitalidade implica práticas de sociabilidade, parcerias e serviços que facilitam o acesso a recursos locais e, também, proporciona relações que vão além da interação imediata.

Para o autor no que tange à hospitalidade e hotelaria são interligadas, pois os hotéis oferecem serviços que garantem a segurança e comodidade aos hóspedes.

Caon (2008), afirma que os hotéis de forma geral necessitam oferecer aos seus hóspedes aspectos claramente intangíveis, como a hospitalidade, o abrigo, a segurança, produtos físicos, essencialmente a alimentação e os produtos de higiene pessoal.

Para Giaretta (2003), p. 64, busca definir hotel como:

> Meio de hospedagem não convencional que complementa a oferta de leitos nos destinos turísticos, e tem característica ser mais econômica que a hospedagem convencional, apresentando grande variação quanto á sua prestação de serviços. É de propriedade de pequenos empreendedores.

Acompanhando a afirmação de Giaretta, pode-se dizer, que se estes meios de hospedagens não convencionais propiciassem à acessibilidade para cadeirantes, teriam um leque maior de oportunidades a serem exploradas na hotelaria nacional.

2.2 ORIGEM DOS ALBERGUES DA JUVENTUDE

Segundo a Federação Brasileira de Albergues da Juventude - FBAJ (2012):

> O primeiro hostel que se tem registro surgiu em 1912 em Altena - Alemanha, criado pelo professor Richard Schirmann, que dedicava parte do seu tempo criando programas de convivência para seus alunos. De atividades pedagógicas, passou a organizar grupos de jovens para realizarem pequenas viagens de estudos. Foi assim que Schirmann visualizou a possibilidade de criar uma nova alternativa de hospedagem para seus alunos, que não fosse apenas o pernoite em hospedarias.

Diante desse panorama, os albergues surgiram como uma opção mais econômica de hospedagem, para que os jovens que apesar de possuírem poucos recursos, tivessem a oportunidade ao mesmo tempo estudarem e conhecerem novos lugares.

A HI Hostel Paraná, ainda apresenta o crescimento rápido do movimento alberguista e a primeira conferência internacional:

> Em 1913, já havia 83 albergues da juventude e 21.000 pernoites foram registrados. Em 1921 o número de pernoites já tinha atingido 500.000. Até ao Verão de 1931, havia 12 associações existentes de albergues da juventude na Europa, operando um total de 2.600 albergues, mas havia muito pouco contato entre as associações. Em 20 de Outubro de 1932 quando a primeira conferência internacional foi realizada em um hotel em Amsterdam. Estiveram presentes representantes de 11 associações alberguistas: Bélgica, Checoslováquia, Dinamarca, Inglaterra e País de Gales, França, Alemanha, Irlanda, Holanda, Noruega, Polônia e Suíça. A conferência marca o nascimento da Federação Internacional de Albergues da Juventude - a organização hoje conhecida como a HI (*Hostelling International*).

A partir daí, o movimento se expandiu por todo mundo. A Federação Brasileira de Albergues da Juventude - FBAJ (2012) apresenta a *Hostelling International,* como sendo na atualidade, a maior rede de hospedagem no mundo, presente em cinco continentes.

Apesar da marca estar difundida por diversos países, segundo Ciccio, Teixeira e Salles *Apud* Oliveira (2011) é importante mencionar, também a existência de albergues independentes, com as mesmas características dos albergues membros da FBAJ.

2.2.1 Albergues da Juventude no Brasil

No Brasil, o processo histórico de criação dos hostels, deu-se em 1956 na França quando o casal de brasileiros Yone e Joaquim Trotta conheceram o

movimento alberguista e resolveram trazer para o país. No ano seguinte, o casal levou um grupo de brasileiros para fazer uma excursão na Europa hospedando-se apenas em albergues.

Ao retornarem, Yone e Joaquim Trotta passaram a fazer palestras em colégios e universidades difundindo o conceito de hostel no Brasil e criaram o primeiro Hostel brasileiro que recebeu o nome de "Residência Ramos", instalado no Rio de Janeiro. O hostel Permaneceu aberto até 1973, período que também começaram a funcionar no estado de São Paulo outros dois Hostels, que foram fechados pelo Governo, na época da ditadura militar, sob a alegação de reunir jovens universitários.

Ainda para Giretta (2003), a década de 80 foi marcada como período de expressivo desenvolvimento no alberguismo brasileiro, decorrente do apoio fornecido pela EMBRATUR, e ser incorporado como um dos projetos de turismo social, com um Plano Nacional de Albergues da Juventude.

Nesta década houve também uma grande divulgação do movimento junto à mídia, campanha essa que trouxe resultados positivos: o número de sócios no Estado de São Paulo passou de 600 para 13 mil no período de um ano.

A década de 90 marcou o período de consolidação do alberguismo, marcada pela modernização na rede nacional; pela elaboração de procedimentos e matriz de controles de qualidade dos albergues da juventude; elaboração do manual de abertura e operação de albergues da juventude, determinando os padrões mínimos de qualidade, gestão de albergues e maior enfoque aos cuidados com a natureza (Giretta 2003).

3. DEFICIÊNCIA x ACESSIBILIDADE: DIREITOS CONQUISTADOS PELOS DEFICIENTES FÍSICOS

A deficiência física acontece devido a vários fatores. A análise de Romita (1991, p.06) classifica as causas deste tipo de deficiência da seguinte maneira:

QUADRO 1 – Causas de deficiências

CAUSAS PRÉ-NATAIS	CAUSAS PERINATAIS	CAUSAS PÓS-NATAIS
Causas genéticas; Infecções (por exemplo, a citomegalovirose, rubéola); Contato com radiação na gestação; Alcoolismo e uso de drogas na gestação; Desnutrição (fome): quando ocorre na infância ou em períodos de gestação. Crianças não têm condições de desenvolver uma série de músculos, comprometendo de forma definitiva movimentos como o andar; Mielomeningocele.	Fórceps. Prematurida de. Infecção hospitalar.	Paralisia infantil: apesar das campanhas de vacinação diminuírem sensivelmente este tipo de doença; Doenças degenerativas; Doenças autoimunes; Acidente vascular cerebral; Diabetes, hanseníase, câncer (quando necessária a amputação de membros); Acidentes domésticos; Acidentes de trânsito; Acidentes de trabalho; Negligência dos trabalhadores quanto ao uso de equipamentos adequados. Violência doméstica e urbana: agressões, tiros, facadas e o uso de outras armas têm deixado muitas pessoas deficientes físicas, entre outros.

FONTE: Romita (1991, p.06)

Como pode ser observado no QUADRO 1, são diversas as causas que conduzem ao comprometimento físico devido a doenças, problemas decorrentes do parto, ou a traumas e acidentes cujas consequências podem conduzir a amputação dos membros e/ou aquisição de paralisias, comprometimento cerebral, na fala, entre outros problemas.

Conforme o nível e a lesão em que isso acontece, Romita (1991) afirma que a deficiência física pode ser classificada em: tetraplegia (limitações nos membros superiores e inferiores); paraplegia (limitações nos membros inferiores); monoplegia (limitações em um dos membros superiores), nestes casos, pode-se observar que os indivíduos possuem apenas comprometimentos físicos e não intelectuais.

Segundo Huller e Rosa (2007), são muitas as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiências em relação à falta de acessibilidade nos meios de hospedagem. Para as autoras a acessibilidade tem que existir em todos os espaços, ambientes e mobiliários.

Canotilho (2002, p.15) descreve que a inclusão social é indispensável, baseado na:

> Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência de 1999 Decreto n° 3298 de 20/12/99 “assegura o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência”, sendo direitos básicos “os acessos à educação, à saúde, ao trabalho, ao transporte e à edificação pública” e tem como uma de suas diretrizes “estabelecer

> mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência.

Frente citação anterior, pode-se concluir, que as pessoas com necessidades especiais, não buscam um tratamento diferenciado, mas sim de inclusão, de serem integrados na sociedade, sem que sua deficiência se sobressaia.

3.1 ACESSIBILIDADE NOS MEIOS DE HOSPEDAGENS

Para exemplificar este contexto, cita-se inicialmente a Lei **Nº 13.126 de 10 de abril de 2001,** do Ministério Público do Estado do Paraná**:**

> Art. 1º "Cria o programa de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de deficiência: Cidade para todos", através da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, com participação da iniciativa privada que receberá incentivos fiscais para tanto. § 3º A prioridade na remoção e adaptação das barreiras arquitetônicas serão: hospitais, secretarias estaduais e municipais, centros de saúde, escolas, universidades, casas de espetáculos, restaurantes, centros comerciais, supermercados, hotéis, ruas e logradouros públicos. [...]
> VIII - Criar condições de acesso independente aos portadores de deficiências da locomoção, através da construção de rampas em edifícios públicos e particulares, em centros de lazer e nas vias públicas; IX - Garantir na rede hoteleira fiscalizada a liberação de alvarás somente a hotéis que possuam pelo menos um cômodo com banheiro adaptado;

A preocupação expressa no programa "Cidade para todos" e como cita a Lei **Nº 13.126,** do Ministério Público do Estado do Paraná, busca a garantia de uma adequação de infraestrutura nos espaços públicos, por meio de: construção de rampas que facilitem o acesso de uma calçada a outra; instalação de portas maiores em prédios públicos que permitam a passagem de cadeiras de rodas (seja de uma sala a outra e/ou para banheiros também adaptados vários outros locais como postos de saúde, escolas, hotéis, entre outros.

Ampliando as discussões referentes à acessibilidade foi elaborada a NBR 9050 (2004), intitulada de: Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. Essa norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e à adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de

acessibilidade, direcionada às pessoas portadoras de necessidades especiais e que tem direito de se locomover livre de barreiras.

Os espaços adaptados, como determinado pela NBR 9050 (2004), devem ser feitos:

> [...] por meio do símbolo internacional de acesso. A representação do símbolo internacional de acesso consiste em pictograma branco sobre fundo azul (referência Munsell 10B5/10 ou Pantone 2925 C). Este símbolo pode, opcionalmente, ser representado em branco e preto (pictograma branco sobre fundo preto ou pictograma preto sobre fundo branco), [...]. A FIGURA deve estar sempre voltada para o lado direito. Nenhuma modificação, estilização ou adição deve ser feita a este símbolo.

FIGURA 2 - Símbolo internacional de acesso

FONTE: NBR 9050 (2004, p. 18)

De acordo com a NBR 9050, a presença do símbolo internacional de acesso (FIGURA 2), constitui que haja possibilidade de acesso em determinado local ou serviço ou que os mesmos, podem ser utilizados por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Ainda, segundo a NBR 9050 (2004, p.18), estes símbolos, devem se aplicados em:

> Entradas; áreas e vagas de estacionamento de veículos; áreas acessíveis de embarque/desembarque; sanitários; áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência; áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas; equipamentos exclusivos para o uso de pessoas portadoras de deficiência.

Com relação aos acessos que não apresentam condições de acessibilidade, a NBR 9050 (2004), determina que devem possuir informação visual que indique a localização do acesso mais próximo que atenda às condições estabelecidas.

No que tange o ramo hoteleiro, a NBR 9050 determina que “pelo menos 5%, com no mínimo um do total de dormitórios com sanitário, devem ser acessíveis”, não

determina que todos os dormitórios sejam acessíveis, mas pelo menos um pequeno percentual, o que facilita o comprimento da norma e das leis vigentes sobre acessibilidade. O que se encontra em grande parte dos estabelecimentos hoteleiros é uma quantidade muito inferior ao percentual exigido e com adaptações precárias.

Para o Ministério do Turismo (2009), no livro sobre Turismo acessível, “bem atender na área de serviços, significa cumprir com o serviço prometido, atendendo ou superando as expectativas dos seus clientes”, possibilitar certa autonomia para os cadeirantes, na infraestrutura dos hostels seria uma forma de superar a expectativas destes hóspedes.

Segundo Mendes e Paula (2008, p. 7), “Como vantagens, este segmento de clientes revela preferência pela baixa temporada, boa fidelidade e razoável efeito multiplicador, pois um turista com deficiência dificilmente viaja sozinho”, é uma opção para vender o produto (diária) na baixa temporada.

Ainda de acordo com o Manual de Recepção e Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos (MRAPPDEET), (1997 p. 23):

> A exigência da unidade habitacional (apartamento com banheiro privativo) adaptada para pessoas portadoras de deficiência foi instituída a partir de 1987, para a classificação de meios de hospedagem. Os estabelecimentos construídos anteriormente têm que dispor de facilidades e adaptações mesmo que não impliquem em reforma estrutural da edificação.

Mesmo que o hostel seja uma construção anterior a 1987 (ano em que foi instituída a exigência da unidade habitacional para pessoas com necessidades especiais), o MRAPPDEET determina que inclua facilidades e adaptações para pessoas com necessidades especiais.

4. NORMAS PARA ACESSIBILIDADE: NBR 9050 E MANUAL DE ACESSIBILIDADE

O termo acessível expõe que algo é do alcance de todos, segundo a NBR 9050 (2004, p. 2), acessível é definido como:

> Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive

> aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.

Em concordância com a norma brasileira prevê que qualquer pessoa possa usufruir daquela estrutura ou meio de hospedagem.

No quesito meio de hospedagens, o MRAPPDEET (1997 p. 23), cita:

> Todos os empreendimentos de interesse turístico devem disponibilizar equipamentos e pessoal capacitado a assegurar a recepção e a acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência. Para esse fim, é recomendável a disponibilizarão de cadeiras de rodas [...] de assentos portáteis elevados para uso do sanitário e para tomar banho.

O manual inclui todos os empreendimentos de interesses turísticos, independente da classificação do meio de hospedagem. Qualquer estabelecimento que atue nesta área deve disponibilizar o acesso às pessoas com necessidades especiais.

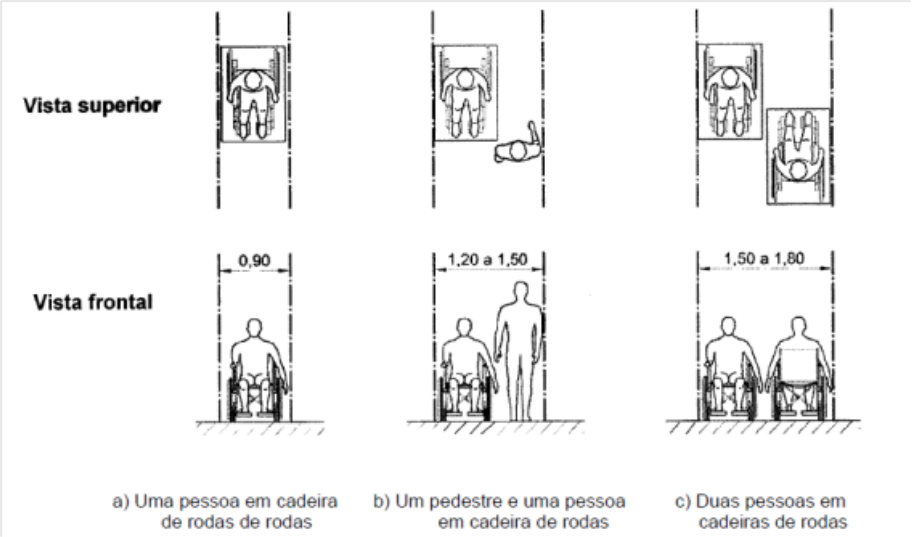
Classificados como meios de hospedagens extra-hoteleiros. os albergues da juventude são o local de funcionamento deste tipo de hospedagem, por vezes, podem ser adaptado para tal atividade.

Visando aumentar ainda mais a segurança do portador de necessidades especiais a NBR 9050 (2004, p.39) também dispõe sobre as formas como os pisos devem ser:

> "[...] superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê). Admite-se inclinação transversal da superfície até 2% para pisos internos e 3% para pisos externos e inclinação longitudinal máxima de 5%. Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas [...]"

Sobre as dimensões referenciais para deslocamento em linha reta de pessoas em cadeiras de rodas, a NBR 9050 (2004. P. 7), mostra as medidas adequadas expostas na FIGURA 4, possibilitando o acesso.

FIGURA 4 – Largura para deslocamento em linha reta



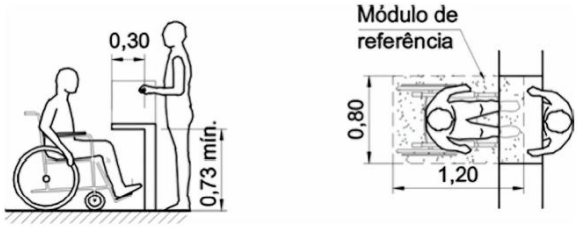
FONTE: NBR 9050 (2004. p. 7).

Quanto aos capachos ou forrações, o manual (1997 p. 32), informa que devem ser embutidos no piso e nivelados de maneira que a sobrelevação não exceda 1,5cm.

Para as portas, a NBR 9050 determina que tenham um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m. Devem ainda possuir maçanetas ou puxadores que possibilitem sua abertura com um único movimento e tem que estar entre 0,90 m e 1,10 m de altura.

Para o balcão de recepção como exposto na FIGURA 7. Determina que o balcão deve possibilitar a aproximação frontal e alcance do cadeirante (NBR 9050:2004).

FIGURA 7 - Balcão com aproximação frontal



FONTE: NBR 9050 (2004. p. 93).

Os locais que possuem desníveis de até 5% ou degraus, devem também possuir uma tampa de acesso próximo para cadeirantes com corrimões. NBR 9050 (2004. p. 42).

No caso dos armários nos dormitórios, mas podem ter armários no banheiro ou vestiário. A NBR 9050 (2004, p. 78) determina que:

> A altura de utilização de armários deve estar entre 0,40 m e 1,20 m do piso acabado. A altura de fixação dos puxadores e fechaduras deve estar em uma faixa entre 0,80 m e 1,20 m. [...] A projeção de abertura das portas dos armários não deve interferir na área de circulação mínima de 0,90 m e as prateleiras, gavetas e cabides devem possuir profundidade e altura que atendam às faixas de alcance manual e visual.

Quanto aos banheiros o MRAPPDEET (1997 p. 40), deixa claro que:

> O meio de hospedagem, se construído após 1987, deve dispor de, ao menos, um apartamento com banheiro privativo, adequado ao uso do portador de deficiência. Se construído antes de 1987, o meio de hospedagem deve dispor de facilidades de acesso e serviços específicos que possibilitem a acessibilidade do portador de deficiência ao apartamento (UH) que lhe for destinado no estabelecimento.

Diante do panorama exposto pelo manual, em geral os sanitários acessíveis ou adaptados, devem ser mais amplos que os comuns devido as áreas para transferência de aproximação que precisam ter. As facilidades as quais o MRAPPDEET (1997), se refere são: área de manobra, barras de apoio para a bacia sanitária e para o chuveiro, área de transferência e aproximação da bacia sanitária, área de aproximação do lavatório, para o box deve ter área de transferência para a cadeira de banho.

A definição de rota acessível externa, na NBR 9050 (2004), incorpora: estacionamentos, calçadas, rampas, corredores, pisos, entre outros. Tais lugares devem ter trajeto contínuo, desobstruído e sinalizados.

5. LEVANTAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE FOZ DO IGUAÇU QUE UTILIZAM A NOMENCLATURA: HOSTEL OU ALBERGUE DA JUVENTUDE

Inicialmente buscou-se por informações junto à Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu, de acordo com as informações da Secretetaria, consta que a cidade possui apenas dois hostels, ambos pertencentes ao mesmo proprietário e registrados para esta finalidade.

Como um dos objetivos específicos foi de identificar o número total de hostels estabelecidos na cidade de Foz do Iguaçu e, não encontrando estes dados junto à Secretaria Municipal de Turismo, fez-se um levantamento dos hostels existentes na cidade de Foz do Iguaçu, pesquisando em *sites* de divulgação e agências que vendem pacotes turísticos, onde foram encontrados dezessete estabelecimentos que utilizam a nomenclatura “Hostel e/ou Albergue da Juventude”.

Após o levantamento do número total de hostels, foi feito contato telefônico com os mesmos, convidando-os a participarem da pesquisa. No decorrer da análise, apenas quatro hostels participaram da pesquisa, uma vez que aceitaram e tinham os requisitos solicitados pela Plataforma Brasil (base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep).

5.1 ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Dos quatro hostels pesquisados, apenas dois são filiados à marca *Hostelling International,* os outros dois atuam de forma independente. Para pesquisa de campo foi elaborado um questionário (APÊNDICE A), contendo questões relacionadas a acessibilidade para cadeirantes nos hostels, que compõem a pesquisa, dentre as opções de respostas as seguintes alternativas: sim, não, parcial e não possui este item. Os hostels pesquisados serão intitulados como Hostel A, B, C e D

Dos hostels pesquisados, o hostel A é o mais antigo e foi fundado em 1992. A característica comum aos quatros é o fato de que todos foram adaptados para atividade comercial que exercem. O hostel A conta com 153 leitos, o hostel B com 50 leitos; o Hostel C com 42 leitos e o hostel D com 25 leitos.

De acordo com as respostas obtidas por meio da coleta de dados, observou-se que 50% dos hostels pesquisados (hostels A e D) se declararam acessíveis aos

cadeirantes no que se refere à porta de entrada da recepção e espaço livre para manobra de uma cadeira de rodas.

O hostel B, que corresponde a 25%, declarou-se inacessível, mas possui espaço amplo e pode fazer futuras adaptações.

O hostel C, que também corresponde a 25%, possui escadas logo no portão de entrada e com corredor estreito, fato esse que dificulta o acesso para os hóspedes cadeirantes chegarem até a recepção.

Quanto ao balcão de recepção, se constatou a inacessibilidade de 100% dos hostels pesquisados, por não permitirem a aproximação frontal do cadeirante ao balcão e não possuírem altura mínima de 0,73 m de acordo com a NBR 9050.

Todos os hostels declararam não incluírem nas suas instalações rampas de acesso, apesar de existirem locais onde o desnível era maior do que 15 mm, como prevê a NBR 9050 (2004, p. 39), “desníveis superiores a 5 mm até 15 mm devem ser tratados em forma de rampa” e portanto, também não possuem corrimões.

Referente aos pisos a NBR 9050 (2004, p. 39), determina que “os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas”.

Dos estabelecimentos pesquisados, 50% disseram ter piso firme e estável sob qualquer condição e 50%, alegaram que o piso pode ficar escorregadio.

Quanto ao capacho, carpetes e forrações, 100% dos hostel não possuem estes itens nos hostels.

De acordo com a NBR 9050, os comandos de controles dos interruptores e tomadas, devem estar dentro da altura de alcance da pessoa em cadeira de rodas, estando entre 0,40m a 1,20m de altura. Dos hostels da pesquisa, 50% deles estão ao alcance dos cadeirantes, 25% declararam não estar na altura adequada e 25% não responderam a questão.

Como determinado pela NBR 9050 (2004, p. 78) “a altura de utilização de armários deve estar entre 0,40 m e 1,20 m do piso acabado”, as respostas obtidas por meio da coleta de dados, informaram que 75% dos hostels estavam de acordo com o previsto na norma brasileira, enquanto que 25% declararam não estarem adequados.

Quanto a sinalização, 100% dos hostels pesquisados declaram não possuírem o símbolo internacional de acesso, nos locais, espaços e mobiliários que estão ao alcance dos hóspedes cadeirantes.

Corresponde a 75% a acessibilidade nos corredores de uso comum, ou seja, somente um dos hostels (25%) o corredor de uso comum corresponde à medida inferior a 0,90m.

Segundo a NBR 9050, as portas internas devem ter um vão livre mínimo de 0,80 m e com maçanetas ou puxadores entre a altura de 0,90 m a 1,10m. Neste caso, 75% dos hostels declaram-se acessíveis e 25% declararam-se parcialmente acessíveis.

Quanto à unidade habitacional acessível ou adaptada, 75% dos hostels declaram não ter este item, justamente por serem dormitórios e o espaço dos quartos são divididos com vários leitos, faltando espaço livre para manobra de uma cadeira de rodas.

O hostel A corresponde a 25% e se diz adaptável, com a opção de quartos mais amplos.

No quesito sanitário, somente o hostel A, declarou possuir sanitário reservado e sinalizado a pessoas em cadeira de rodas, correspondendo a 25% do total pesquisado. Porém observou-se que o mesmo possuía a cadeira de banho e área para transferência no chuveiro, portando sendo parcialmente acessível.

Os hostels B, C e D, declaram não possuírem sanitários acessíveis ou adaptados aos cadeirantes.

Quanto às mesas dos refeitórios ou da cozinha, 100% dos hotels se declaram acessíveis, com mesas que permitem aproximação e alcance da pessoa em cadeira de rodas.

As calçadas devem ter trajeto contínuo, desobstruído, sinalizado e com largura mínima de 1,20m. Os hostels A, B e C, declaram-se dentro do previsto pela norma brasileira, enquanto que hostel D, declarou não possuir este item.

No item estacionamento, somente o hostel C, afirmou possuir vaga para estacionamento destinadas a pessoas com necessidades especiais, o que representa 25% do hostels pesquisados. Os demais não atendem a esse quesito.

Concluiu-se, que nenhum dos hostels atende com plenitude as necessidades básicas, para atender cadeirantes. Contudo, os hostel A e B, possuem instalações mais amplas, capazes de adaptarem-se de acordo com a NBR 9050, atendendo assim os quesitos necessários para acessibilidade dos cadeirantes.

Os demais (hostels C e D), possuem uma área de menor amplitude física, fato esse que corrobora para diminuição da acessibilidade do hóspede cadeirante.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos do estudo foram plenamente atingidos, pois se levantou o total de meios de hospedagens que utilizam a nomenclatura hostel, sendo dezessete; se constatou, com o questionário que 100% dos hostels que participaram da pesquisa, têm sua data de fundação posterior a 1987, portanto deveriam ter instalações acessíveis. Principalmente, se conclui que a estrutura física dos hostels ainda não está preparada para receber este novo nicho de mercado.

Porém, pode-se dizer que 50% dos hostels da pesquisa, possuem possibilidade maior de adaptar sua estrutura física, observando a amplitude do espaço que dispõe, enquanto que os outros 50% encontram maior dificuldade, por ter espaço físico limitado.

O presente estudo também espera servir de referência para trabalhos futuros e como contribuição aos estudos da Universidade. Mas pretende principalmente, mostrar aos futuros hoteleiros a necessidade de inclusão social nos meios de hospedagens, independente da tipologia.

REFERÊNCIAS

AOQUI, Cássio **Desenvolvimento do Segmento Backpackers no Brasil sob a Ótica do Marketing de Turismo**. São Paulo: USP, 2005.

BRASIL. Ministério do turismo. **Turismo social. Diálogos do turismo: uma viagem de inclusão.** Rio de Janeiro: IBAN, 2006.

CANDEIA, D. **Classificação dos meios de hospedagens.** Universidade de Brasília. Brasília, 2003.

CAON, Mauro. **Gestão Estratégica de serviços de Hotelaria**. São Paulo: Atlas, 2008.

CANOTILHO, Marta Martins**. A integração de crianças portadoras de deficiência física no ensino regular segundo a perspectiva de seus pais.** Revista Brasileira de Educação Especial. 2002.

CICCIO, Pietro Guilherme de; TEIXEIRA, Guilherme de Castro; SALLES, Maria do Rosário R**. Estudo sobre a relação entre o jovem universitário da cidade de São Paulo e os albergues da Juventude.** Turydes - Revista de investigación en Turismo y desarrollo local. [*S.l.]* 2011.

DELOITTE, Auditoria, Consultoria Tributária, Consultoria em Gestão de Riscos Empresariais. **Brasil, bola da vez - Negócios e investimentos a caminho dos megaeventos esportivos.** Brasil. 2010.

DEMANDA TURISTICA. **Secretaria Municipal de Turismo**. Foz do Iguaçu. 2011. Disponível em <http://www.pmfi.pr.gov.br/portal2/home_turismo/index.asp>. Acesso dia 28/09/2012.

DOMARESKI, Thays Cristina; LOPES, Eduardo Baptisa e ANJOS, Francisco Antonio dos. **Análise do Processo de Desenvolvimento do Destino Turístico de Foz do Iguaçu (PR), Brasil**. UNIVALI. Balneário Camboriú/SC. 2011.

FBAJ - Federação Brasileira de Albergues da Juventude**. Histórico.** Disponível em <http://www.hostel.org.br/historico.html>. Acesso 18/03/2012.

FROTA, Thais. **Fotos: Arquitetura acessível.** São Paulo. 2009. Disponível em < http://thaisfrota.wordpress.com/> Acesso 25/03/2012.

GIARETTA, Maria José. **Turismo da Juventude.** Barueri, SP: Manole. 2003.

GUERRIER, Yvone. **Comportamento Organizacional em Hotéis e Restaurantes – Uma Perspectiva Internacional.** São Paulo. Ed. Futura. 2000.

HULLER, Franciele Cristina; ROSA, Rosana Maria da. **A Acessibilidade para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais: Um Estudo Exploratório em Hotéis de Foz do Iguaçu.** Unioeste. Foz do Iguaçu. 2005.

IBGE**. Censo Demográfico 2000.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27062003censo.shtm>. Acesso 20/03/2012.